

TIROTEIO VERBAL

Alexandre Botão e Lauro Aires
Da equipe do Correio

Wanderlei Pozzembom

Não dá para dizer que virou um banguê-banguê de mocinhos e bandidos, mas o anúncio de uma intervenção do governo federal na Polícia Militar do Distrito Federal acabou em disparos verbais, jurídicos e até financeiros. Ou seja, acabou em tiroteio mesmo. De um lado o secretário de segurança pública do Distrito Federal, Roberto Aguiar, que é uma espécie de xerife, daqueles tradicionais: alto, pesado e bonachão. Do outro o ministro interino da Justiça, Milton Seligman, que está mais para aqueles cowboys arrumadinhos de filme de faroeste americano.

“Antes de tudo, que fique bem claro que não há intervenção na Polícia Militar (PM). Essa palavra intervenção não existe. É uma aberração”, atirou primeiro o secretário Roberto Aguiar. O ministro da Justiça não revidou. Apenas esquivou-se do disparo: “O governo está preparando um convênio entre a União e o Governo do Distrito Federal (GDF) para garantir a influência do governo federal na Polícia Militar”, disse Seligman.

O ministro interino chegou a dizer que Brasília tinha uma das melhores polícias do Brasil. Pelo jeito era uma pausa antes do contra-ataque: “Mas não se pode permitir uma invasão como a de ontem (anteontem), que achincalhou todo o povo brasileiro”, afirmou, referindo-se à ação dos integrantes do grupo Grito da Terra, que na terça-feira ocuparam o ministério do Planejamento para protestar contra juros altos dos empréstimos bancários.

ELDORADO DOS CARAJÁS

Mas a ofensiva de Seligman não ficou só nisso: durante a entrevista coletiva concedida ontem à tarde no Ministério da Justiça, ele deixou bem claro que o governo federal não está nem um pouco satisfeito com o modo como a PM vem sendo coordenada. A intenção podia até não ser esta, mas o recado foi dirigido diretamente ao governador Cristovam Buarque, que é o responsável legal pela Polícia Militar do Distrito Federal.

Cristovam não quis dar declarações sobre o assunto. Segundo um assessor direto do governador, “para não entrar em atrito com o governo federal”. Doce ilusão. O secretário de segurança Roberto Aguiar ainda tinha muita munição: “Isso que eles chamam de intervenção teve na verdade total conotação política. Não só para tentar prejudicar o governo do PT, mas também para esconder ou tentar ofuscar outros fatos mais importantes que estão acontecendo aí”, disse, referindo-se claramente ao escândalo da compra de votos na Câmara dos Deputados em favor da emenda da reeleição.

“Não sei por que eles não quiseram intervir na PM do Pará, quando aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás ou na PM de São Paulo,



Para o governo federal, a administração da Polícia Militar do Distrito Federal é ruim porque a corporação não desempenha um trabalho preventivo

na época das denúncias de violência em Diadema”, comparou Roberto Aguiar.

REATIVAR A P2

Sempre frisando que é a União quem paga a polícia do Distrito Federal, o ministro interino Milton Seligman culpou Cristovam por ter acabado com o serviço de informações da PM — conhecido como P2: “O governo do Distrito Federal optou por não ter informações policiais, por isso reage e não previne, o que seria o mais recomendável”, acusou. O ministro também criticou a forma como a P2 estava sendo utilizada: “O serviço de informações é essencial, mas o governo do Distrito

Federal vinha usando a serviço de interesses partidários”.

Neste ataque, quem recuou foi o GDF. O secretário de Comunicação, Luiz Gonzaga Motta, confirmou que o governador autorizou a reativação da P2. “Não sei se terá o mesmo nome, mas será uma polícia de informações preventivas”, disse o secretário.

E é exatamente nessa hora que o discurso do GDF em relação ao episódio dá sinais de fraqueza. Os dois secretários — de Segurança Pública e de Comunicação — garantem que a ação da Polícia Militar do Distrito Federal em relação à invasão de terça-feira foi exemplar. Ora, se foi exemplar, então qual o motivo de se reativar a P2?

Segundo Roberto Aguiar, os policiais federais que fazem a guarda dos ministérios tinham informações sobre essa invasão e não repassaram à Polícia Militar do Distrito Federal. “Com uma polícia de informação não precisaríamos deles”, explicou.

NOVO BATALHÃO

Antes do cessar fogo, tanto Seligman como Roberto Aguiar encerraram o duelo com carga total: o ministro interino da Justiça disse que haverá uma espécie de convênio com medidas práticas — além da volta da P2 — para aumentar a influência da União no comando da Polícia Militar. Ele não soube dizer

como será isso. Admitiu apenas que há a possibilidade de se criar um novo batalhão para policiar apenas a Esplanada dos Ministérios. Segundo Seligman, o governo está preparando os termos do convênio, que será apresentado sob a forma de projeto de lei. O que não deixa de ser uma forma de intervenção. A chamada intervenção branca.

Roberto Aguiar não deixou por menos: “É bom mesmo. A Esplanada tem um problema grave de policiamento e que não é da PM. O Palácio do Planalto, por exemplo, é o lugar mais vulnerável que eu já vi na vida”. Não por coincidência, a outra polícia que atua na Esplanada dos Ministérios é justamente a Polícia Federal.